

Radiojornalismo Comunitário – Informação e Cidadania na Baixada Fluminense*

Ubirajara de Oliveira Santana

2006

Índice

Introdução	2
1 Um pouco de história	6
2 Comunitárias ou piratas?	7
2.1 É legal?	9
2.2 Função social	12
3 Radiojornalismo Comunitário	14
3.1 Na Comunidade	14
3.2 Uma questão de opinião	16
3.3 Informar para mudar	17
3.4 Um pouco da Baixada Fluminense	18
3.5 As emissoras locais	20
3.5.1 Queimados – Novos Rumos	23
3.5.2 Nilópolis - CERTA	26
3.5.3 Mesquita – Cristal FM	29
4 Informação e Cidadania	31

*Monografia apresentada ao Centro de Ciências Sociais Aplicadas da UNI-SUAM, como parte dos requisitos para obtenção do Título de Bacharel em Jornalismo.

4.1 Uma nova realidade	32
Considerações finais	34
Referências Bibliográficas	37

Resumo

Desde suas origens as rádios Comunitárias são objetos de discussão. Este estudo propõe um debate sobre a influência das rádios livres nas comunidades atendidas e os efeitos no cotidiano da população. Um ponto destacado neste estudo é a prática do radiojornalismo local pautado pelos moradores. Outro ponto estudado é a legalidade do processo como instrumento de Comunicação Social. Esta pesquisa teve como base alguns municípios da Baixada Fluminense, no estado do Rio de Janeiro, no primeiro semestre de 2006.

Introdução

Informação é um direito constitucional de todos os brasileiros. Acontece que num país de dimensões continentais como o Brasil, este direito sofre com o que a teoria da comunicação chama de ruídos, que no caso do nosso país podem ser exemplificados com o analfabetismo social, a falta de entendimento do produto jornalístico gerado pelos veículos de comunicação e a conseqüente falta de participação. Esta falha no sistema interfere diretamente na questão da cidadania, com isso milhares de brasileiros vivem praticamente sem integração com o processo social do país e neste contexto, algumas alternativas passam a figurar, historicamente, como facilitadoras no processo de fazer da comunicação instrumentos de inserção social. Entre elas, destacamos as rádios comunitárias, um fenômeno relativamente moderno e com características próprias que a cada dia se integra mais a população.

A fim de estudar o processo, principalmente no que se refere à questão da cidadania, esta monografia buscou alguns exemplos na história da imprensa, na chegada do rádio no Brasil; depois

pesquisa o surgimento das rádios comunitárias, passando pelos aspectos legais até a função social que exercem nas chamadas comunidades.

Historicamente, a Baixada fluminense no estado do Rio de Janeiro, chama a atenção da grande mídia com destaques noticiosos que envolvem, em sua maioria, a violência, a precariedade do sistema educacional, a falta de saneamento básico, os graves problemas na área da saúde e tantos outros assuntos derivados da falta de vontade política que impera na região. Ali, mas especificamente nos municípios de Nilópolis, Mesquita e Queimados, foi que este trabalho de pesquisa observou o papel democrático de algumas emissoras comunitárias, principalmente no desenvolvimento de suas programações com prática do radiojornalismo social.

Durante seis meses esta pesquisa observou o jornalismo comunitário como parte de um processo que além de informar, promove a integração, a interação e a participação do morador. Os vários assuntos que fazem parte do cotidiano da região tornam-se objetos de debate nas praças, bares e nas rodas de amigos, em conseqüência são refletidos no dia a dia da comunidade.

Um ponto a ser destacado é a interação da população local com as emissoras. Autoridades locais são constantemente convidadas a fazer parte da programação e responder os questionamentos pautados pela população.

Como todo processo democrático, há críticas e elogios às rádios, mas o interessante é que o morador interfere na programação, ou seja, tem poder para opinar, sendo assim o principal agente da programação diária.

Este estudo observou que alunos de jornalismo, radialistas preteridos das rádios chamadas comerciais e os locutores formados nas comunidades são os profissionais que desenvolvem a programação das emissoras, com isso adquirem técnicas de produzir informação e terem o retorno quase que imediato por parte dos ouvintes.

A fim de conduzir este trabalho de forma independente e para

não perder a objetividade científica, metodologicamente esta pesquisa buscou informações em primeira etapa em livros, pesquisas na internet e consultas em fontes secundárias como artigos e matérias jornalísticas, além de trabalhos produzidos por outros pesquisadores, como ensaios e projetos experimentais de conclusão de curso. Dados históricos dão suporte ao estudo e o complementam. Porém, talvez a parcela mais importante deste trabalho – a que mais o enriqueceu – foi a participação das pessoas. Os depoimentos de moradores, artistas locais, locutores, estudantes de comunicação e dos responsáveis pelas emissoras, geralmente presidentes das associações ou ONGs. Este calor humano merece esta atenção especial.

Este estudo, em suma, aborda a questão do jornalismo praticado por algumas rádios comunitárias na Baixada Fluminense, sendo assim uma primeira pergunta se faz necessária: qual a importância da informação como instrumento de cidadania? Para conduzir esta reflexão, em uma primeira etapa esta pesquisa traz alguns pontos da história da imprensa no Brasil com a chegada da família Real Portuguesa em 1808, alguns exemplos de luta pela liberdade para informar tendo como instrumento os jornais alternativos. Depois, o surgimento do rádio no país no século passado e sua representatividade junto à população, até chegarmos às emissoras comunitárias também como forma alternativa e sua influência junto à população; para isso foi importante às consultas a livros, ensaios e artigos sobre a história da imprensa, mas que possuem abordagens diferentes e, neste contexto foi fundamental a pesquisa na internet e a entrevista com pesquisadores.

Em um segundo momento, este estudo centra as pesquisas na Radiodifusão Comunitária como instrumento da comunicação social do Brasil. Nesta fase esta monografia mostra os aspectos legais de funcionamento das emissoras comunitárias em consonância com a necessidade de informação como instrumento de inserção social. Estuda a Lei que regulamenta a radiodifusão comunitária no país – 9.612 de 19 de fevereiro de 1998 –, o que reza a Constituição de 1988 sobre a liberdade de expressão e algumas

discussões sobre legalidade e ilegalidade do processo em artigos, trabalhos acadêmicos e ensaios.

O que fica evidente é o produto jornalístico como parte do desenvolvimento das rádios e uma segunda pergunta: como o radiojornalismo comunitário influencia as comunidades? Neste momento é importante o esclarecimento sobre teoria da recepção e a consulta em livros mais as pesquisas em sites de psicologia descortinaram a reação que foi observada junto à população nas entrevistas realizadas.

Como o estudo se propõe a analisar a Baixada Fluminense, foi feita uma pesquisa na formação histórica da região e dois instrumentos foram de suma importância: a internet em vários sites que trazem extenso material de consulta e as entrevistas com moradores que em suas respectivas cidades. Aqui cabe a terceira pergunta: Como estas pessoas convivem com o produto jornalístico local? Pra responder esta pergunta foi necessário um acompanhamento no expediente das rádios e conhecer como se elaboram as pautas, como se faz o trabalho de apuração, como se faz as inserções jornalísticas durante a programação.

Por fim este estudo pesquisou o resultado da comunicação comunitária na vida dos moradores. O embasamento científico para as respostas foi alicerçado nas entrevistas com os responsáveis pelas emissoras e a interação com o público ouvinte, ou seja, como as rádios locais participam com a informação na base e como esta informação é absorvida pela população atendida e que tipo de reação gera no público ouvinte.

Os objetivos desta pesquisa são: 1. propor um debate sobre a prática do jornalismo comunitário realizado pelas emissoras locais e um de seus diferenciais: ser pautado pela população local; 2. mostrar as características do radiojornalismo local e seu efeito junto à população atendida.

A base de estudo e pesquisa foram os municípios de Queimados, Mesquita e Nilópolis na Baixada Fluminense no primeiro semestre de 2006.

1 Um pouco de história

“A imprensa é à vista da nação”, essa frase de Ruy Barbosa sintetiza muito bem a importância do jornalismo no processo informativo e, em consequência, na inserção social do indivíduo. Mas no caso do Brasil durante grande parte da história, o jornalismo foi, literalmente, preterido do contexto social. A imprensa “nasceu” oficialmente em 13 de maio de 1808 logo depois a chegada da Família Real, portanto 308 anos após “a posse” que chamamos de descobrimento. D. João, o então príncipe regente, autorizou a circulação de um jornal chamado *A Gazeta do Rio de Janeiro* um noticioso que era, na verdade, um porta-voz do governo e informava aos poucos alfabetizados da época, os atos importantes da monarquia. Mas o direito a informação e a liberdade de imprensa já eram almejadas e evidentemente que tal situação fez com que jornalistas vocacionados escrevessem e publicassem, mesmo com o perigo de serem mortos, alguns alternativos que faziam o contra ponto das versões oficiais, entre eles destacamos *o Correio* do jornalista Hipólito da Costa¹. Mesmo com a marca histórica da perseguição, a saga do jornalismo brasileiro é também marcada pelo heroísmo de personagens que não se renderam as ditaduras, censuras e cerceamentos e fizeram do jornalismo alternativo um instrumento de inclusão social.

No século passado, mas precisamente na década de 20, entra no ar um instrumento de suma relevância no processo de informação: o Rádio. Uma frase do radialista Roque Viana (2001) resume um aspecto singular do veículo: “Ele (rádio) tem a cor da imaginação, que é a cor, pra mim, mais linda que existe, porque o ouvinte recria, cria suas próprias imagens conforme o que está ouvindo.” (Citação verbal)²

Desde então, é explorando o imaginário popular que o rádio passa a fazer parte da história: Para os ouvintes passa a ser um

¹ Fonte: Revista A IMPRENSA NO BRASIL. 1998.p.7

² A frase é do apresentador e produtor de rádio Roque Araújo Viana, em entrevista gravada no estúdio da Famedos/PUCRS, no dia 14 de maio de 2001.

amigo ou mais que isso, um companheiro de todas as horas em todos os dias, uma espécie de bússola informativa que pauta suas atitudes diárias.

No decorrer de sua historia, o rádio viveu momentos de glória e decadência, mas superou as previsões pessimistas, mesmo com o advento da televisão e mais tarde o desenvolvimento da informática.

O processo de desenvolvimento do rádio no Brasil segue paralelo ao próprio desenvolvimento do país, e o que não poderia ser diferente é a dependência econômica que o redimensionou, o poder político partidário e o sistema econômico foram aos poucos influenciando a programação e hoje este controle é uma questão de sobrevivência para o veículo. Conforme Motta (1979, p.23):

Assim ele, ele (rádio) cresceu quando a publicidade precisou dele, definiu quando ela pôde lançar mão de outros meios e agora se recupera porque o sistema mercantil presente que o seu uso volta a ser importante para alcançar maior mercado consumidor. O que tem regido, portanto o rádio não são os interesses e necessidades da população, mas a ganância comercial, o que explica a alienação de seu conteúdo sobre os problemas imediatos.

2 Comunitárias ou piratas?

Há algum tempo, uma nova forma de rádio surgiu no Brasil e logo se tornou um fenômeno nacional. De acordo com Chico Lobo (1997, p.4): “Uma reforma agrária no dial”. Os empresários da comunicação alegam que são emissoras piratas, que roubam comerciais, provocam acidentes aéreos e promovem concorrência desleal no bolo publicitário. Para outros, os moradores que este estudo pesquisou, o nome é rádio Local ou Comunitária, uma emissora de rádio que é feita e gerenciada por eles (moradores).

Mas como se define uma rádio Comunitária?

É um tipo especial de emissora de rádio FM, de alcance limitado a, no máximo, 1 km a partir de sua antena transmissora e opera com potência máxima de transmissão de irradiação máxima de 25 watts. Trata-se de uma pequena estação de rádio criada para proporcionar informação, cultura, entretenimento e lazer a pequenas comunidades. A rádio comunitária tem como principal objetivo, dar comunidade um canal de comunicação inteiramente dedicado a ela, abrindo a oportunidade para divulgação de suas idéias, manifestações culturais, tradições e hábitos sociais. (1997)³

Os primeiros vestígios datam de 1931 no Rio Grande do Sul, quando o publicitário Rodolpho Lima monta uma emissora não oficial na cidade de São Pedro (BARROS, 1998), mas o marco oficial é o ano de 1971 quando um adolescente de 16 anos, Eduardo Luiz Ferreira Silva, estudioso de eletrônica, montou um transmissor de 15 watts na cidade de Vitória, Espírito Santo. A rádio é batizada com o nome de Paranóica FM. Durante seis dias, a rádio Paranóica transmitiu uma programação que misturava música e críticas a figuras importantes do cenário político de Vitória. A polícia localizou a emissora e prendeu Eduardo e seu irmão. O que era considerado brincadeira de crianças, foi classificado pelas autoridades como armação dos comunistas para desestabilizar o regime.

Vale lembrar que em 1971, o Brasil vivia o auge do militarismo e só para registro, Eduardo continua até hoje a colocar emissoras comunitárias no ar. Assim, uma brincadeira de criança inicia a história das rádios comunitárias no Brasil (MELIANI, 1995).

Um segundo momento foi por ocasião da visita ao Brasil do pensador francês Felix Gatarri (1984) defendendo sua tese da "Revolução Molecular", citou a utilização das Rádios Livres no processo de pulverização do poder de comunicação dos povos. A

³ Texto extraído da cartilha Se liga Brasil. Rádio Comunitária é legal. Ministério das Comunicações:1998, p.1

partir daí surgiram e se organizaram diversas Rádios Livres, agora mais politizadas, por todo o Brasil. Destacando-se a Rádio Xilik (1985) do Centro Acadêmico de Ciências Sociais da PUC de São Paulo, Totó Ternura do DCE da USP, Ítaca e Teresa do Sindicato dos Bancários em São Paulo (MACHADO, 1986).

2.1 É legal?

O Art. 1º da Lei Federal 9.612 de 19 de fevereiro de 1998, lei que rege a comunicação comunitária no país reza que:

Denomina-se Serviço de Radiodifusão Comunitária a radiodifusão sonora, em frequência modulada, operada em baixa potência e cobertura restrita, outorgada e fundações e associações comunitárias, sem fins lucrativos, com sede na localidade de prestação de serviço.

Mas por ser um movimento que sugere mudanças onde há interesses de alguns grupos, as rádios comunitárias sofrem com campanhas midiáticas que só as discriminam como rádios piratas. A Lei gera interpretações divergentes e com isto as emissoras convivem com o perigo de fechamento e apreensão dos equipamentos. Só pra registro, o Brasil foi o último país da América do Sul a criar um regimento legal para as emissoras comunitárias e mesmo assim, os grupos empresariais da comunicação conseguiram impor uma série de restrições “técno-burocráticas” à lei e não atendeu as principais reivindicações das emissoras locais. Segundo o fundador da Associação Brasileira de Radiodifusão Comunitária, ABRAÇO, Sebastião Santos do movimento Viva Rio, a lei condena as rádios a desaparecerem em menos de um ano, já que entre outras medidas, limita as emissoras geograficamente (1 km) e proíbe as rádios a terem inserções publicitárias:

“Sentimos na pele a força da bancada da comunicação na época da aprovação da lei. Foram três anos

de muitas lutas e negociações no Congresso, mas saímos perdendo. A Lei não contemplou as principais reivindicações do movimento, mas atendeu aos interesses dos empresários do setor” (Citação verbal)⁴

Outro fator que preocupa os responsáveis pelas emissoras locais é a demora nas concessões das licenças de funcionamento. Segundo Moraes (2003, p.16): “Há mais de cinco mil pedidos de regularização engavetados nas mesas do Ministério das Comunicações”, com isso entra governo sai governo, entra ministro sai ministro e a questão das legalizações oficiais não é resolvida.

De acordo com Manzano (1997, p.16), por ter caráter participativo, as rádios comunitárias são portadoras de um conteúdo político que amedronta os três poderes constituídos:

Elas subvertem o poder exercido pela oligarquia local ou desmascaram seu caráter anti-popular (...). Promovendo a democratização na comunicação com direito de participação, as comunitárias promovem cidadania ao permitirem a troca de papéis: De ouvinte, o cidadão passa a falante e os mandões locais (...) de falantes a ouvintes. (...). É insuportável aos membros do Poder Judiciário, por exemplo, ouvir depoimentos de trinta ou cinquenta queixosos, de que a fila à porta dos tribunais de pequenas causas não avançam.

Na VII Conferencia Nacional sobre direitos Humanos, realizada em maio de 2002 em Brasília, que teve como relator o jornalista José Arbex Jr (2002, p.10), definiu que: “a mídia oficial não apenas propaga a violência, mas ela própria se constitui um componente da violência organizada pelas elites contra a nação (...)”, onde se observa que a luta contra o monopólio da comunicação é um elemento vital na manutenção e aperfeiçoamento da democracia: “Os donos monopólio pressionam o governo e os políticos

⁴ Entrevista realizada em 20/05/2006.

no sentido de impedir, desestimular ou mesmo proibir a formação das rádios comunitárias e de meios de comunicação alternativos e independentes do grande capital” (idem).

Neste contexto, é importante refletir o que diz a nossa Constituição no Art. 220: “A manifestação do pensamento, a criação, a expressão e a informação, sob qualquer forma, processo ou veículo não sofrerão qualquer restrição” e no Art. 5º assegura: “É livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independente de censura ou licença”, sendo assim nada mais democrático do que objetivar a informação de acordo com a realidade social. Já a lei usada pela Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL), com a ajuda da Polícia Federal, fechar e apreender os equipamentos das comunitárias é um Decreto-lei nº 236 de 28 de fevereiro de 1967, portanto em plena ditadura militar, que diz: “Constitui crime punível com a pena de detenção de 1 (um) a 2 (dois) anos, aumentada da metade se houver dano à terceiro, a instalação ou utilização de telecomunicações, sem a observância do disposto nesta lei e nos regulamentos”.

Para complementar, o Brasil também é signatário do Pacto de San José da Costa Rica, celebrado por ocasião da Convenção Americana sobre Direitos Humanos, em 1969, que declara ser o exercício de liberdade de pensamento e expressão um direito que “não pode estar sujeito à censura prévia, mas as responsabilidades ulteriores, que devem ser expressamente fixadas em lei” e que:

Não se pode restringir o direito à liberdade de expressão por vias e meios indiretos, tais como abuso de controles oficiais ou particulares de papel de imprensa, de frequência radioelétrica ou de equipamentos e aparelhos usados na difusão de informação, nem por quaisquer outros meios destinados a obstar a comunicação e a circulação de idéias e opiniões.⁵

⁵ Pacto de San José. LIBERDADE, IGUALDADE E CIDADANIA. 1969; p.2

Neste contexto, temos na comunicação comunitária um instrumento legítimo de sociabilidade já que aproxima o cidadão do processo informativo. Com estas exposições cabe uma pergunta: quem está certo e quem está errado?

2.2 Função social

Seguimos com a lei 9.612 (1998) que diz no Art.3º:

O Serviço de Radiodifusão Comunitária tem por finalidade o atendimento à comunidade beneficiada, com vistas a:

I – dar oportunidade à difusão de idéias, elementos de cultura, tradições e hábitos sociais da comunidade;

II – oferecer mecanismos à formação e integração da comunidade, estimulando o lazer, a cultura e o convívio social;

III – prestar serviços de utilidade pública, integrando-se aos serviços de defesa civil, sempre que necessário;

IV – contribuir para o aperfeiçoamento profissional nas áreas de atuação de jornalistas e radialistas, de conformidade com a legislação profissional vigente;

V – permitir a capacitação dos cidadãos no exercício do direito de expressão da forma mais acessível possível. (p.1)

Na perspectiva de Marshall (1967, p.63), a cidadania incorpora três tipos de direitos: os civis, os políticos e os sociais. O elemento civil é composto dos direitos necessários à liberdade individual: liberdade de ir e vir, liberdade de expressão, pensamento e fé, o direito a propriedade e o direito à justiça. Por elemento político da cidadania se deve entender o direito dos indivíduos de participar do exercício do poder, como membros de um organismo investido de autoridade política ou como eleitores de tais

membros. Já o elemento social de cidadania se refere a tudo o que vai do direito a um mínimo de bem-estar econômico e segurança ao direito de participação.

“Amplificar a voz das comunidades com a democratização da comunicação, este é o desafio” (OLIVEIRA, 2005. p.1). Uma diferença fundamental nas rádios comunitárias em relação às emisoras chamadas comerciais é “Pertencer à comunidade, ser organizada, dirigida, pautada e operada por ela (comunidade). Quem fala e quem ouve é a comunidade, sem mediadores” (MANZANO, 1997. p.12) e nesta oportunidade é importante registrar o conceito de comunidade, segundo o sociólogo F. Tonnies (apud CAVALCANTI, 2003. P.2): “É o grupamento humano onde predominam a economia doméstica e a organização social fundada nas relações de parentesco e prestígio” e segundo uma das definições do Aurélio (2000): “1. Qualidade do que é comum (...)”;

Aqui cabe registrar um diferencial nas rádios livres, que é a forma de comunicar, geralmente é um morador assume a função de comunicador, como esclarece Chico Lobo (1997, p.4):

Democratizar o poder de comunicar proporcionando o treinamento de pessoas da própria comunidade para que adquiram conhecimentos e noções técnicas de como falar no rádio, produzir programas e etc. (...)”

Com isto a participação da comunidade é maior e a comunicação torna-se mais consistente como instrumento social, como revela o depoimento de Maria de Fátima Araújo, 43 anos, moradora de Nilópolis:

“É muito importante saber que ouço na rádio, um morador que vive os mesmos problemas que eu. A impressão que tenho é que toda a comunidade está lá, falando. Quando perdi meus documentos, a rádio aqui na comunidade foi fundamental pra que eu os

encontrasse. As outras são legais, mas prefiro a rádio aqui do meu bairro” (Citação verbal)⁶

A aproximação com o público ouvinte cria um importante elo informativo, desenvolvendo assim uma interação fundamental para a prática da cidadania.

Um outro ponto importante neste estudo é a questão do alcance geográfico das emissoras comunitárias o que facilita, por exemplo, a prestação de serviços, conforme depoimento de Dona Geny Oliveira, 67 anos, moradora do município de Queimados:

“Eu acordo cedo e fico aguardando a nossa rádio falar o preço do pão. As padarias informam cedo e o locutor anuncia. Assim posso ouvir logo cedinho em qual padaria vou comprar o pão (...)” (Citação verbal)⁷

Vale a pena ser registrado neste estudo a valorização da cultura local, como registra o cantor Alberto Silva, 40 anos, morador de Nilópolis: “Meu CD só toca na rádio da comunidade. É mesmo assim, recebo vários convites para apresentações.” (Citação verbal)⁸

3 Radiojornalismo Comunitário

3.1 Na Comunidade

Se partirmos de um princípio que comunidade é, como vimos anteriormente, “qualidade do que é comum; lugar onde residem indivíduos agremiados, comuna (...)” (AURELIO, 2000), todo jornalismo é, ou deveria ser, comunitário, afinal um produto jornalístico alcança milhares de pessoas com objetivo de informar e

⁶ Entrevista realizada em 25/05/2006.

⁷ Entrevista realizada em 28/05/2006.

⁸ Entrevista realizada em 28/05/2006.

inserir no contexto social, decodificando a informação para a realidade individual: “O jornalismo é um dos lugares privilegiados para a construção da atualidade e realidade social (...)” (LAGE, 1999. p.16). Só que, quando se fala em comunidade, o que vem como idéia preliminar é um local empobrecido, que em muitas ocasiões, responde com o nome de favela, que é vista historicamente como local de pobreza, marginalidade, desorganização, violência e outras mazelas sociais. Fortalecendo esta discussão, registramos um fato que foi assunto em uma de nossas entrevistas com Renata Ribeiro, 17 anos, estudante, moradora de Mesquita:

“Estudo em Marechal Hermes, e numa ocasião convidei minhas amigas para ir a minha casa em Mesquita. Uma delas, moradora em Madureira, perguntou onde ficava exatamente o município, respondi que na Baixada Fluminense; este nome parece que teve um efeito mágico e as três tiveram uma repulsa imediata. Perguntei por que a reação negativa e elas me responderam que a Baixada era, de acordo com as informações que tinham, um local violento, cheio de favelas, subdesenvolvido e, portanto uma região perigosa; baseadas nestas informações, não iriam atender meu convite. Por um tempo fiquei em silêncio e depois decidi insistir. Com muita relutância, consegui convence-las. Ao chegarem e constatarem que a realidade não era, exatamente, como julgavam, minhas amigas não esconderam a surpresa ao verem shoppings, casas, famílias, em fim verem “gente normal”. Com isso me pediram desculpas e me confessaram que as várias notícias na mídia foram determinantes para o falso conceito sobre a região” (Citação verbal)⁹

A fala de Renata está de acordo com Viviane Borelli (2005, p.3): “as construções midiáticas resultam numa hierarquização

⁹ Entrevista realizada em 29/05/2006.

dos sentidos (...)”, e especificamente nesse momento de discussão, pode-se observar que o que não é bem entendido, debatido e pensado, ou seja, quando não há entendimento concreto, pode-se criar uma idéia equivocada e limitar o debate em detrimento a realidade social que nos cerca.

3.2 Uma questão de opinião

“A informação que temos não é a que desejamos. A informação que desejamos não é a que precisamos. A informação que precisamos não está disponível” John Peers (Citação verbal)¹⁰

Aqui cabe uma breve discussão sobre a questão de opinião pública. O tipo de sociedade ao qual pertencemos, nossa classe social e as várias relações estabelecidas interferem na formação da opinião. Nas sociedades mais estáticas as opiniões são mais permanentes e se aproximam mais de crenças, enquanto que em sociedades mais dinâmicas os indivíduos tendem a mudar de opinião devido às mobilidades sociais, e neste contexto Monique Augras (1970, p.10) diz que: “A opinião pública é, declaradamente, uma alavanca na mão do demagogo. Daí em diante aparecerá um duplo aspecto: expressão genuína da vontade do povo e meio de manipulação desse povo”.

Os grupos de interesse têm importante papel na chamada formação de opinião e o professor Teobaldo (1980, p.26) lembra que “Estes mesmos grupos, no esforço de moldar opiniões usam os vários veículos de comunicação no estabelecimento de atitudes emocionais e sentimentais, identificando um conceito como o conceito”. Já segundo Childs (1976, p.30):

Os grupos de pressão identificam seus interesses com o interesse público. Essa identificação não se pode efetivar com um

¹⁰ Palestra realizada em São Paulo em 12/05/2003.

simples movimento de pena ou agir de mão. O público está sempre interessado em decisões mais sábias e racionais quando o assunto é relevante pra ele. Sua competência pra decidir sabiamente depende, em grande parte, do grau em que os grupos de pressão esclarecem o seu espírito, e não da extensão em que despertam instintos animais. São condições básicas para o exercício da democracia: direito de escolha; liberdade de expressão; mais informações às massas com reflexão e educação.

3.3 Informar para mudar

Voltando a comunidade, temos um lugar construído pelos próprios moradores, que em sua maioria é organizada por uma associação ou algo semelhante, que os unifica em seus desejos e anseios. Segundo a jornalista Elaine Tavares (2003, p.4):

Comunidade é o lugar onde as pessoas se encontram dentro da cidade, lugar onde a gente se acha, acha nossas raízes. Viver em comunidade é apostar que é possível viver no encontro, na partilha, ao contrário do que nos remete a globalização, onde cada um vive no seu canto, em solidão (...) e neste sentido, o empobrecido é o que mais vive em comunidade, porque ele está no limite da condição humana e não pode viver sozinho. Ele precisa do outro para se apoiar e se construir. Assim, para nós, jornalistas estar em comunhão com estas comunidades não significa unicamente uma opção de vida, mas uma nova maneira de perceber o mundo, de ver o mundo onde estamos inseridos e de conceber o jornalismo.

Por trabalhar mais próximo da comunidade, o jornalismo comunitário precisa ser constante no objetivo de informar pautado no dia a dia da comunidade e sua inserção na sociedade. Despertando neste morador o desejo de opinar, debater e participar do processo. Mais que ouvinte ser parte decisiva na sociedade.

Jornalismo é serviço e neste sentido há dois tipos de jornalismo: o que serve a minoria da população e o que serve a maioria da população, neste ponto uma observação de Elaine Tavares (Idem) vem a calhar:

Quando falamos de servir à maioria, estamos falando em conspiração (respirar juntos) com as comunidades, em muitos casos oprimidas e estar junto com a população nos seus mais secretos sonhos de amor. Esta foi a melhor definição que este estudo encontrou pra definir empiricamente o radiojornalismo comunitário, só acrescentamos que além de conspirar e caminhar junto é também um instrumento de transcendência que dá visão ao oprimido não como o marginal, mas como o pobre, real e capaz de superar sua condição. Wittgenstein dizia: “daquilo que não se pode falar, cala-se” uma definição que retrata bem a visão de alguns. Contra ele temos Umberto Eco: “daquilo que não se pode falar, narra-se!”

A partir da informação, surge o esclarecimento e o direito de escolha se torna consistente. Direito de escolha, talvez esteja nisso o problema.

3.4 Um pouco da Baixada Fluminense

Baixada Fluminense. Rio de Janeiro. Uma área aproximada de 3.800 km² formada por uma extensa bacia hidrográfica com rios que drenam para duas grandes bacias: a Baía de Guanabara e a Baía de Sepetiba. É cercada por serras, montes e cachoeiras. É uma região que vem afirmando-se ao longo das décadas que sucederam a II Guerra mundial. Tem um grande crescimento demográfico como resultado de um longo processo migratório advindo das diversas regiões do território brasileiro e de diversas nações do mundo:

“Seu processo de urbanização ocorreu após o projeto de saneamento ocorrido na década de 30, no governo Getúlio Vargas e que tinha como objetivo principal transformar a região como grande área agrícola e de produção de hortifrutigranjeira da então capital federal, a cidade do Rio de Janeiro. O saneamento e enxugamento do solo acabaram liberando a região para a ocupação acelerada de grandes contingentes populacionais que chegavam ao Rio de Janeiro em busca do eldorado após a Revolução de 30 e que via nos centros urbanos a solução para as graves crises ocasionadas com a decadência do capitalismo liberal em 1929” (2005)¹¹

Ao longo do século passado, a Baixada sofreu um inchaço populacional que descaracterizou sua vida rural, mas recebeu migrantes que ocasionaram costumes urbanos.

Um outro fator que contribuiu para as mudanças na região são as construções comerciais dos últimos dez anos. Shoppings e fabricas descobriram na Baixada uma nova forma de comercializar, tanto na contratação de mão de obra como no consumo. Com isto o chamado comércio tradicional sofre porque não tem como competir com os grandes comerciantes, como informa seu Aristides Nascimento, 65 anos, comerciante de Nova Iguaçu:

“Há 50 anos temos este estabelecimento. Pertenceu ao meu pai. Hoje não fecho as portas porque mantenho um mínimo pra sobreviver. Os shoppings têm sido muito bons pra garotada, mas pra nós não. Como podemos competir com os preços deles. Muitos amigos já desistiram e fecharam as portas, eu continuo, mas por tradição do que por dinheiro”¹²

¹¹ Fonte disponível <<http://www.turisbaixada.com.br>> acesso em 18/05/2006.

¹² Entrevista realizada em 14/05/2006

Porém, os registros positivos não escondem as mazelas que encontramos principalmente nas periferias que, em contraste com os centros, exibem o descaso, a falta de poder político e a pobreza da Baixada. As grandes construções do centro dão lugar a valas negras, ao lixo, ao entulho, aos barracos e, principalmente, a falta de respeito, conforme declaração de Guiomar Vieira, 55 anos, Moradora em Olinda – Nilópolis:

“Aqui enche tudo em época de chuva. Em tempos de eleições, vem um monte de políticos aqui e prometem dragar o rio e acabar com os barracos. Mas depois que as eleições passam, acabou. Lá no centro é tudo bonitinho, mas aqui não, é assim como o senhor ta vendo. Só contamos com a ajuda de Deus” (Citação verbal)¹³

Um outro problema merece um registro especial: a educação. Segundo os moradores das regiões visitadas, “As escolas sobrevivem às duras penas”¹⁴. Esta situação é considerada comum por muitos moradores. A maioria deles não tem perspectivas positivas sobre o futuro: “Progresso é coisa de rico, senhor”¹⁵. Participação no processo de mudança: “que nada, só somos procurados em tempos de eleições”, finaliza dona Guiomar.

3.5 As emissoras locais

Os movimentos sociais têm passado por transformações em consonância com as mudanças ocorridas no final do último século. Em primeiro lugar, passam de uma fase de manifestações públicas para uma outra em que se preocupam em constituir-se enquanto organizações legais e solidamente estruturadas. Depois, sentem a necessidade de uma articulação, a que alguns chamam de unificação dos movimentos. Elementos da comunidade passam a se

¹³ Entrevista realizada em 16/05/2006

¹⁴ Idem

¹⁵ Idem

organizar e articular suas reivindicações em forma de Associações de moradores, ONGs e fundações. Verifica-se uma estreita relação entre cultura e política, movimentos sociais e cidadania. As vozes são amplificadas e observamos neste início de século, uma nova perspectiva de sociedade.

Para DUARTE (1995, p.23), a qualificação dos veículos de informação alternativos deve ser considerada como parte fundamental do processo de democratização da comunicação no Brasil, onde são estes que não aparecem na grande mídia, que retratam a realidade ou a visão dos pequenos grupos. Sendo assim um foco de resistência ao pensamento único.

Construir na sociedade uma outra visão, ainda que em pequena escala, através das rádios comunitárias é “Amplificar a voz da comunidade” (OLIVEIRA, 2005. p.1). Esta é a intervenção da mídia alternativa, na qual se cruzam o campo da comunicação e o da Educação – a socialização da informação – entendendo que estes meios atuam como construtores na formação de sujeitos sociais. É assim que as rádios comunitárias assumem um lugar de destaque junto à população da Baixada Fluminense.

As experiências existentes mostram uma relação entre as rádios comunitárias e o desenvolvimento das comunidades. É através das rádios que a população fica sabendo dos investimentos ou a falta deles nos municípios. Com as emissoras locais a população tem espaço aberto à sua participação nos programas e na gestão, apresenta suas reivindicações e denúncias.

No que diz respeito à concorrência com a grande mídia, Tião Santos esclarece:

“A radiodifusão comunitária é um serviço complementar. As comunitárias cumprem um papel diferenciado das rádios comerciais que, por sua natureza, não falam diretamente à comunidade, não estão no dia-a-dia local. Por outro lado, cumprem um papel de utilidade pública, de educação e de cultura que,

pela Constituição, deveria ser de todas (...)” (Citação verbal)¹⁶

Se a interação social gerada pela prática jornalística é uma das principais características da mídia, no jornalismo comunitário a informação gera integração e mobilização:

“(...) Podemos intuir que a comunicação jornalística é um elemento na organização da vida cotidiana. De alguma forma, as notícias, entre múltiplas outras funções, participam na definição de uma noção partilhada do que não o é, proporcionam pontos de vista sobre a realidade, possibilitam gratificações pelo seu consumo, podem gerar conhecimento e também sugerir, direta ou indiretamente, respostas para os problemas que quotidianamente os cidadãos enfrentam. As notícias, ao sugerirem no tecido social por ação dos meios jornalísticos, participam da realidade social existente, configuram referentes coletivos e geram determinados processos modificadores dessa mesma realidade” (SOUSA, 2002. p. 119)

Aqui cabe uma reflexão: há democracia representativa e democracia participativa e disso vem o pensamento: o cidadão já participa quando vota. E se acrescentarmos ao direito de voto a liberdade das pessoas pra falar, reclamar, exigir, expressando suas prioridades e se reunindo em idéias?

Todas as pessoas nasceram com cabeça para pensar e com boca para falar e todas pagam impostos. Logo, todas as pessoas têm o direito de participar da comunicação social através dos veículos existentes, uma vez que essa comunicação realiza-se num espaço público que pertence a todos e não pode ser de ninguém em particular – e que os meios de comunicação

¹⁶ Entrevista realizada em 20//05/2006

têm origem e caráter de serviço público. O exercício de direito de comunicar exige, assim, que todos os cidadãos tenham acesso à utilização, posse ou propriedade de meios de comunicação. (ROCHA, 1995. p. 31)

Já que num país como o nosso, onde cerca de 10 famílias controlam a comunicação, debater propostas de desenvolvimento e inserção social passa diretamente pelo direito de ser informado e incluído na discussão:

A própria palavra, comunitária, revela para quem essas rádios nasceram. Não estamos refletindo sobre qualquer tipo de rádio, mas, rádio que tem uma marca comunitária no seu jeito de agir: um jeito de ser afinado com a comunidade. As comunitárias representam um importante instrumento de mobilização popular e de divulgação de campanhas educativas, principalmente na área dos direitos e deveres, incluindo os jovens, crianças e adolescentes que realizam programas produzidos e apresentados por eles (...). (MOC, 2005)

3.5.1 Queimados – Novos Rumos

Em 1990 surgiu a rádio Novos Rumos em Queimados:

“Administrada diretamente pela comunidade, com regras democráticas estabelecidas pelo estatuto próprio, que serviu de referência para milhares de rádios fundadas nos anos seguintes. Duas mil pessoas compareceram à inauguração da rádio no ginásio do Queimados Futebol Clube. Sofreu várias intervenções por parte de fiscais do Ministério das Comunicações, foi fechada duas vezes e voltou a funcionar através da mobilização da comunidade que fizeram um abaixo

assinado com 10 mil assinaturas de moradores do município e 100 de parlamentares” (ABRAÇO,1997)¹⁷

A rádio Novos Rumos tem na população de Queimados o mais consistente alicerce de continuidade. “Nossa programação é variada. Temos programas musicais, de debates, religiosos e cedemos um espaço para que o prefeito do município tenha um contato direto com a população”¹⁸ diz Rosana Cordeiro, atual presidente do Rádio clube Queimados entidade que administra a emissora e que conta com 108 sócios moradores do município. Rosana tem uma história de vida com a Novos Rumos: “Eu ouvia a rádio, me tornei sócia contribuinte hoje faço parte da diretoria”¹⁹ esclarece “Assim como eu, outros presidentes e diretores eram ouvintes e com a oportunidade de participação no expediente da rádio decidimos nos candidatar”²⁰, registra Rosana que foi eleita para um mandato de dois anos, característica das emissoras comunitárias.

O radiojornalismo local é pautado no dia a dia do município:

“Acompanhar a vida em Queimados. Ser um elo entre a população e o poder público. Abrir o microfone para o ouvinte e buscar a resposta de suas indagações. Informar as autoridades sobre um problema que está acontecendo. Valorizar o movimento cultural local e tudo que envolva a comunidade. Um marco do radiojornalismo da Novos Rumos foi a participação no processo de emancipação de Queimados, antes município de Nova Iguaçu. Foi através da Novos Rumos que a emancipação foi disseminada junto à população” (Citação verbal)²¹

No que diz respeito à legislação, Rosana afirma que:

¹⁷ Artigo periódico da Associação Brasileira de Radiodifusão Comunitária (ABRAÇO), março de 1997.

¹⁸ Entrevista realizada em 30/05/2006

¹⁹ Idem

²⁰ Idem

²¹ Idem

“Não dá pra entender porque não temos a outorga definitiva do governo. O nosso processo, junto com mais cerca de cinco mil outros, estão engavetados em Brasília. Posso dizer que é muito difícil manter a emissora na atual legislação. É muito ruim saber que prestamos um relevante serviço à população e temos que conviver com a ameaça de fechamento. Se houvesse vontade política, eles observariam a utilidade de uma emissora comunitária e o serviço que prestamos à população”²²

Sem uma legislação que atenda as necessidades básicas, o movimento pode se descaracterizar na opinião de Rosana: “Hoje existem várias emissoras com fachada de rádio comunitária que tem dono, seus horários são para aluguel, não amplificam a voz da comunidade e não são vinculadas a nenhuma associação”²³.

Uma lei municipal, proposta pelo vereador Ismael Lopes, propôs a criação de um Conselho Municipal de Comunicação que seria o órgão gestor das emissoras comunitárias em Queimados. A lei foi votada e aprovada, mas ainda não entrou em vigor.

Rosana informa que o radiojornalismo na Novos Rumos é voltado para a comunidade local: “Procuramos estar antenado com o cotidiano do município. Bem cedo procuramos saber como estão os transportes, o comércio, a prefeitura e com estas informações pautamos nosso dia”²⁴.

A comunidade reage participando. O telefone não para de tocar. Uma hora é um pedido de música, na outra é uma reclamação:

“Assim é o nosso dia a dia. Mesmo sem condições financeiras, já que temos um gasto mensal em torno de três mil reais, acreditamos na comunicação comunitária. A comunicação é um direito de todos.

²² Idem

²³ Idem

²⁴ Idem

Se não fosse esta reação da população, que nos dá essa força, não teria como continuar. É essa participação que move o ideal. A Novos Rumos foi a primeira rádio regulamentada internamente e nosso estatuto inspira outras emissoras, isso é uma responsabilidade muito grande. Não podemos nos dar o direito de pensar em desistir”²⁵

Sobre a mão de obra técnica, Rosana diz que muitos alunos de Comunicação procuram a emissora por não encontrarem espaço no mercado: “Aqui eles nos ajudam. Passam informações importantes e em troca, vivem a experiência de praticar o que aprendem nas faculdades”²⁶.

Numa emissora com tantos serviços prestados e reconhecidos, por que é chamada de pirata? Rosana esclarece:

“Há uma grande diferença. Pirata é a rádio de aluguel. São aquelas emissoras que tem um dono. Que não tem nenhum serviço à disposição da população. As rádios comunitárias refletem a população. Em tudo, nas musicas, nos programas, nos locutores, na informação, em fim é a própria comunidade com a voz amplificada”²⁷

3.5.2 Nilópolis - CERTA

Em 1996 um grupo de visionários chega a Nilópolis. A partir da visão do seu fundador, Jorge Borges, implanta um grupo de ajuda e recuperação de vítimas das drogas. Esse grupo é denominado CERTA, Centro de Reintegração de Toxicômanos e Alcoólatras. Assim nasceu a Rádio CERTA. Localizada no centro do município, tem seu trabalho reconhecido até por outras emissoras tanto comunitárias, como comerciais.

²⁵ Idem

²⁶ Idem

²⁷ Idem

Mantêm uma programação própria com média de 20 ligações telefônicas por hora, o que a coloca entre as mais ouvidas da região. Hoje a rádio CERTA é gerenciada pela ONG SOS Reviver que tem como presidente Pedro Paulo Pereira: “O apelo popular é gerado a partir da participação livre do morador. Aqui ele tem voz, aqui ele tem vez” diz Pedro²⁸, e continua:

“A CERTA desenvolve diariamente um serviço que vai além de nossas atribuições. Não só com a questão comunitária, nós vamos além com um trabalho de informação e combate a fome e a desnutrição. Abrimos espaço para empresários e comerciantes para obtermos em troca, serviços à população local” (Citação verbal)²⁹

A programação é variada, sempre com mensagens de otimismo. Os locutores e programadores são formados na própria emissora:

“Na maioria dos casos, eles aprendem aqui como falar com o público e como operar uma mesa de som. Temos a felicidade de despertar o interesse para comunicação em muitos deles. Temos casos de locutores que hoje fazem o curso universitário de jornalismo e nos ajudam praticando o radiojornalismo aqui”³⁰

A pauta jornalística é variada. Vai desde a informação local até entrevistas com autoridades: “É só a população ligar e reclamar que fazemos o contato com a autoridade. Temos uma equipe voltada para o radiojornalismo e com isso procuramos sempre ouvir os dois lados. Mas a pauta é feita pela comunidade”³¹

Pedro Paulo foi eleito Presidente da SOS Reviver para um mandato de dois anos, prorrogável por mais dois. A ONG mantém ainda uma biblioteca comunitária. No que diz respeito às leis, Pedro tem a seguinte opinião:

²⁸ Entrevista realizada em 05/06/2006.

²⁹ Idem

³⁰ Idem

³¹ Idem

“Não dá pra entender a lei que nos regulamenta. Não é compatível com nossa realidade. A Lei que regulamenta as rádios comunitárias é um atestado de morte antecipada. Assim como a maioria, a CERTA trabalha diariamente com a ameaça de fechamento: Há quatro anos aguardo a regularização por parte do Ministério das Comunicações. Ta lá o pedido, mas ninguém fala nada e nós ficamos aqui, esperando”³²

Sobre a sobrevivência da emissora, Pedro Revela que: “Com a atual legislação, que só nos dá direito a contribuições, é muito difícil manter o caráter comunitário, ou seja, não se vender pro sistema político e comercial”³³.

Mas mesmo com todas as dificuldades a CERTA continua o seu trabalho de “Amplificar a voz e a cultura da comunidade”³⁴.

A CERTA oferece ainda uma ajuda de custo para os voluntários da rádio: “É uma pequena contribuição que fazemos questão de dar a equipe. Há casos de voluntários que ajudamos no pagamento da faculdade, mas tudo feito de forma legal”³⁵

A diferença entre rádio comunitária e pirata, Pedro diz que:

“Piratas são as emissoras que mesmo com a alcinha de comunitárias, vendem suas programações, não constroem para o bem estar da localidade, servem como palanque eleitoral de políticos e, principalmente, tem um dono. As rádios comunitárias prestam um relevante serviço à sociedade e tem a certeza de bom serviço na reação das pessoas. Não há como não ver a felicidade do simples morador de ver que sua reclamação foi ouvida, que um carro da prefeitura foi verificar o problema dos ratos, dos mosquitos, que a polícia foi acionada para os problemas com

³² Idem

³³ Idem

³⁴ Idem

³⁵ Idem

assalto e roubo, ou seja, ele (morador) tem sua voz ouvida. Não é tudo, mais não há como negar a importância deste serviço social que caracteriza as verdadeiras emissoras comunitárias”³⁶

Um ponto de destaque no radiojornalismo da Rádio CERTA foi segundo Pedro Paulo, a cobertura sobre a greve dos professores municipais de Nilópolis:

Nossa equipe recebeu a informação antes da mídia oficial e mesmo com a negativa por parte da secretaria de educação desenvolvemos a pauta. Com a confirmação da informação, demos em primeira mão, na véspera e dia seguinte, muitos pais ligaram nos agradecendo já que assim tiveram a oportunidade de organizar suas vidas com os filhos sem escola. Durante a greve, entrevistamos representantes dos grevistas, do governo e num terceiro momento, ouvimos os alunos. Foi emocionante fazer um jornalismo imparcial ouvindo efetivamente todos os lados. Mérito de nossa equipe de radiojornalismo, formada basicamente por estudantes de Comunicação.³⁷

3.5.3 Mesquita – Cristal FM

Há dez anos, um projeto de comunicação educativa voltada para a região da Baixada se concretizava: Rádio Cristal FM. Idealizada pelo radialista J.Dias, nordestino, com passagem em várias emissoras do Rio de Janeiro. A rádio Cristal desenvolve ao longo destes anos um projeto ambicioso, a de ser um braço educativo na região, conforme registra J. Dias: “Com quase quarenta anos de radialismo, sempre acreditei no projeto de radiodifusão como serviço pra população” (Citação verbal)³⁸.

³⁶ Idem

³⁷ Idem

³⁸ Entrevista realizada em 15/07/2006.

Presidente da Fundação de Rádio e Televisão Educativa de Mesquita, gestora da Cristal FM, J. Dias acredita que mais que comunitária, a emissora local pode prestar um serviço educativo a população:

“Desde que cheguei do nordeste, passei pelas rádios Tamoio, Bandeirantes, Capital, Solimões entre outras, nas mais variadas funções de Repórter a locutor. Com isso posso dizer que minha experiência mais a vontade de ver o rádio como prestador de serviço, idealizou a Cristal”³⁹

A programação é variada com música, prestação de serviço e informação: “Desenvolvemos uma programação juntando a cultura popular e a informação. Procuramos inserir a parte cultural como base da forma educativa, que é nosso maior objetivo, disseminar cultura e educação através do rádio”⁴⁰.

A rádio Cristal desenvolve o radiojornalismo voltado para a comunidade: “Diariamente recebemos informes do Governo Federal, através da radiobras, mas a cobertura local é fundamental no processo informativo da emissora”⁴¹.

A Cristal acompanha diariamente, os principais acontecimentos da Baixada e procura sempre apoiar os eventos culturais da região. Um destaque no radiojornalismo foi a participação na cobertura da emancipação do município de Mesquita. Um diferencial no jornalismo, é a equipe de esportes que faz cobertura nos principais clubes de futebol da região:

“Mantemos uma equipe de esportes para cobertura do dia a dia dos principais clubes da região. Atuamos no campeonato Brasileiro e no estadual, com um detalhe: primeira, Segunda, e terceira divisão de

³⁹ Idem

⁴⁰ Idem

⁴¹ Idem

futebol. Não só a cobertura jornalística, mas apoiamos as medidas que incentivem a prática de esportes”⁴²

Sobre a interação com a população local, J. Dias esclarece que a emissora recebeu uma premiação como uma das rádios mais ouvidas da região no ano de 2005:

“Recebemos um diploma de reconhecimento pelos serviços prestados a comunidade, isso é sem dúvida muito nos envaidece já que trabalhamos com poucos recursos e sofrendo com uma legislação que não atende as nossas necessidades, mas mesmo assim conseguimos o reconhecimento”⁴³

Sobre o futuro, J. Dias aguarda com expectativa:

“Temos alvará de funcionamento local, CNPJ, somos ligados ao Viva Rio, Sócios da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), ou seja, procuramos estar dentro dos conformes legais, mas estamos aguardando o Governo Federal. Sobreviver é um desafio, já que contamos só com o apoio da população local através dos comerciantes. Não alugamos horários, não procuramos nos beneficiar com favores escusos, e assim vamos mostrando nosso trabalho, aprimorando a programação, ajudando a formar novos comunicadores e democratizando a comunicação com um serviço voltado pra população”⁴⁴

4 Informação e Cidadania

Na opinião de Paulo Freire “comunicação é um ato pedagógico” (1981, p. 13). No contexto comunitário esta afirmação ultrapassa

⁴² Idem

⁴³ Idem

⁴⁴ Idem

as instituições de ensino para penetrar no campo de formação de cidadãos participativos. Quem recebe a informação, reage participando, reclamando e construindo. Tais coisas, este estudo registra como fato observado nas comunidades pesquisadas.

Nestes municípios, pôde-se observar um estado de trocas, com reações objetivas das pessoas. Há interação com a população participando da pauta informativa, ora elaborando-a, ora reagindo. Tal evidência encontra embasamento em Mattelart (1989, p.10) que afirma que o receptor possui condição ativa e crítica no processo de comunicação:

A irrupção do sujeito-consumidor é relativamente recente para as ciências da comunicação. (...) A consciência da importância do momento-receptor pode, com justa razão, ser considerada uma ruptura fundamental. Introduzindo o receptor como sujeito ativo, ele permite afinal compreender a natureza do processo de comunicação que as abordagens inspiradas pela teoria matemática da informação (da qual não escapou a lingüística estrutural) haviam desvirtuado.

Com isso, o movimento das rádios comunitárias torna o processo informativo um instrumento de mudanças, onde o receptor é parte ativa do processo, sendo assim constrói um significado político e cultural diferente e importante na inclusão social.

4.1 Uma nova realidade

Em queimados, Dona Darcy, 60 anos, há 30 anos moradora do município, resume sua vida: “Moro num lugar muito pobre. Sou viúva, tenho três filhos sendo que só um mora comigo”⁴⁵ ela aponta para o rapaz, e continua: “É esse aí. Jorge. Doente mental. Estou aqui porque ouvi na programação da rádio que tenho direito a uma pensão especial pra ele”⁴⁶.

⁴⁵ Entrevista realizada em 30/05/2006.

⁴⁶ Idem

Ela dá uma breve pausa e continua:

“Aqui na Novos Rumos, a gente é sempre bem recebida. Toca música, tem informação e todas as vezes que acontece alguma coisa que não é legal a gente corre pra cá e reclama. Vem o delegado, o vereador e até o prefeito pra atender as nossas reclamações. Outra coisa boa é que a rádio é nossa, com isso está sempre de portas abertas pra nos receber. A gente tem mais é que apoiar”⁴⁷

Em Nilópolis, Anderson Oliveira, 30 anos, casado, nascido no município, resume sua relação com a rádio CERTA: “Às sete horas, eles informam as condições do trânsito e a previsão do tempo. No decorrer da programação, trazem alguma coisa a respeito do município. Com isso me sinto interado, eles falam diretamente comigo”⁴⁸.

Sobre a opinião de outras pessoas, Anderson faz a seguinte colocação:

É claro que há pessoas que não gostam da CERTA, preferem as rádios grandes. Mas conheço muita gente que ouve e apóia. Eu mesmo já reclamei de buraco na rua, infestação de mosquitos, invasão de ratos e problemas de assalto e em todas as reclamações sempre obtive resposta, o pessoal da rádio sempre coloca as autoridades no ar. Eu apoio e acho importante pra comunidade.⁴⁹

Um fato marcante para Anderson:

Outro dia eu ouvi um agradecimento no ar de uma ouvinte que não lembro o nome, sobre um assunto

⁴⁷ Idem

⁴⁸ Entrevista realizada em 05/06/2006.

⁴⁹ Idem

que foi colocado no ar sobre as funções dos vereadores. Ela, a ouvinte, não sabia e foi informada no dia em que eles debateram sobre o assunto na rádio. Ela ligou e agradeceu⁵⁰.

Considerações finais

Este estudo colocou as emissoras locais como instrumento de participação e procurou pesquisar sua interação com a população local. Se na teoria, a comunicação comunitária gera controvérsias, na prática ela tem tido um importante papel social. O que este estudo observou nestes seis meses, foi uma comunidade inserida e com direito de escolha para participar da vida política e social da região. É claro que não há unanimidade, mas a participação é livre nestes veículos. O microfone está à disposição da população. O morador tem o direito de expressar seus pensamentos, independente de idade, grau de escolaridade, religião e principalmente condição financeira.

A cada dia que passa, o radiojornalismo local assume a brecha deixada pela comunicação comercial e mostra características próprias, quando decodifica a informação para o contexto comunitário, facilitando assim o acesso de todos.

O respaldo que os veículos comunitários não encontram nas leis, não tem tolhido seu crescimento e desenvolvimento. Hoje as emissoras fazem parte da comunidade como referencial. Mais que emissoras que tocam músicas, elas pautam seus expedientes no trabalho de inserção social com a participação de todos os moradores.

Nas emissoras locais o simples morador passa a ser questionador e ser questionador é ser participante. Ser participante é ser socialmente ativo e neste contexto, deixa-se de ser um simples morador de um curral eleitoral, passando a fazer parte de um debate comunitário. Isso é fruto do esclarecimento que não somente informa, mas provoca a reação dos envolvidos.

⁵⁰Idem

A informação cria monstros e com isso assusta. Em toda a história do Brasil tem sido assim. Desde o império – citado na primeira parte desta monografia – as classes dominantes tentam dominar esta “arma” chamada informação. Mas como observamos nesta mesma história, a prática do jornalismo em sua mais pura essência nunca deixou de acontecer, feita por pessoas que ousaram romper com as amarras oficiais e informar com liberdade para que houvesse um contra ponto da informação oficial. Destaque para os alternativos que em muitos casos, foram banhados no sangue de seus fundadores e outro destaque para os aventureiros que fizeram um jornalismo histórico lutando por um estado democrático de direito.

Mas o que fazer diante da ditadura branca? Já que seus instrumentos de censura não são os antigos calabouços, as correntes, as algemas e as invasões de redações; mas sim o jogo político, o poder financeiro e o jogo de promessas que passa pelo crivo pessoal, onde a escolha do “dono” do veículo (rádio, jornal, televisão) é o objeto de persuasão. Fica difícil falar de jornalismo independente quando observamos o produto jornalístico e sua capacidade reflexiva atual.

Foi marcante ver nas emissoras comunitárias o prazer de fazer a comunicação. A cada matéria, a cada visita de ouvintes e a cada telefonema onde o assunto era a informação prestada pela emissora.

O cuidado na apuração da matéria, a procura pela autoridade para responder a reclamação, a prestação de serviços e a atenção com o cidadão como principal fonte da pauta diária. Tudo isso sem dinheiro, sem recursos, mas com muita vontade de fazer do jornalismo um instrumento de cidadania.

Longe das varias discussões sobre os veículos comunitários, este estudo propõe um novo debate sobre o fato que as rádios comunitárias são, em seus expedientes e no convívio com a população, um instrumento democrático e de participação.

Aqui cabe uma outra discussão sobre os veículos: qual seria a participação dos jornalistas neste novo processo comunicativo?

No que se refere à qualidade do veículo, este estudo teve a oportunidade de constatar a criatividade e a coragem que os responsáveis pelas programações colocam em prática no dia a dia. Já no que diz respeito à profissionalização, se faz necessário uma reavaliação da Lei 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, já que não permite o desenvolvimento estrutural das rádios.

O movimento das rádios comunitárias tem um caráter público e como tal estão construindo um significado político e cultural importante. É um forte indicativo de grandes mudanças que estão por acontecer nos meios de comunicação de massa no Brasil. Já o produto jornalístico gerado nas emissoras locais, este trabalho de pesquisa observou moradores participantes e reativos, gente humilde, mas lutando pela cidadania. O quadro observado lembra a principal característica do jornalismo propagado nas universidades: a isenção.

O jornalismo comunitário pode significar não só mais uma oportunidade de emprego para o comunicólogo, mas também a possibilidade de intervenção no processo social como agente de libertação e cidadania. E só pra lembrar que foi fazendo as oportunidades acontecerem, que muitos jornalistas vocacionados enxergaram além da visão conformista e fizeram a história.

Mesmo com alguns aproveitadores que tentam descaracterizar o movimento, a comunicação comunitária é fato e conta com o respaldo da população não só ouvindo, mas participando e mais que isso, gerindo.

É o que se nota claramente nos locais onde as emissoras comunitárias interagem com os moradores, instigando a cidadania. São canais que possibilitam a expressão das diferenças e amplificação da voz dos que precisam, e querem, falar.

Referências Bibliográficas

- ANDRADE, Cândido Teobaldo de Souza. *Público e opinião pública*. São Paulo: Atlas, 1980.
- AUGRAS, Monique. *A procura do conceito de opinião pública: teoria e processo*. Petrópolis: Vozes, 1970.
- BORELLI, Viviane. *Jornalismo comunitário, o que é afinal?* Itajaí, 25 de abril 2005. Disponível em <<http://www.bocc.ubi.pt>> acesso em 13/05/2006.
- CAVALCANTI, Alcyr. *Jornalismo comunitário*. Rio de Janeiro: Independente, 2004.
- CHILDS, Harwood. *Opinião pública e controle social*. Rio de Janeiro: FGV, 1976.
- FREIRE, Paulo. *A educação como prática de liberdade*. Rio de Janeiro: Paz na Terra, 1981.
- LAGE, Nilson. *Estrutura da notícia*. São Paulo: Ática, 1999.
- LOBO, Chico. *A mentira das interferências no ar*. Ed. Rio de Janeiro: ABRAÇO, 1997.
- MACHADO, Arlindo et alii. *Rádios livres: a reforma agrária no ar*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- MANZANO, Nivaldo. *Escândalo no ar*. São Paulo: Casa amarela, 1997.
- MARSHALL, TH. *Cidadania, classe social e status*. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.
- MATTELART, A. e MATTELART, M. *O carnaval das imagens*. São Paulo: Independente, 1989.
- MENIANI, Mariza. *Rádios livres, o outro lado da voz do Brasil*. 1995. Tese de mestrado: ECA/USP, São Paulo.

MORAES, Denis. *Por uma outra comunicação*. Rio de Janeiro: Record, 2003.

MOTTA, Luiz Gonzaga. *O rádio no Brasil: Alienação ou consciência crítica*. In cadernos de comunicação. São Paulo: Ed. Abepec, 1999.

OLIVEIRA, Ubirajara. *Amplificado a voz popular*. Rio de Janeiro, 2005.

ROCHA, José Carlos. *A luta pela democratização*. São Paulo: Independente, 1995.

SOUSA, Jorge Pedro. *Teorias da notícia e do jornalismo*. Chapecó: Argos, 2002.

Sites de interesse

<<http://www.moc.org.br>> acesso em 13/05/2006.

<<http://www.turisbaixada.com.br>> acesso em 18/05/2006.

<<http://www.observatíoriadaimprensa.com.br>> acesso: 12/04/2006.

<<http://www.midiaindependente.com.br>> acesso em 12/05/2006.

<<http://www.abraco.com.br>> acesso em 15/06/2006.

<<http://www.intercom.org.br>> acessos em 12,16,19 e 21/05/2006

<<http://www.pucrs.br/famecos/vozesrad/roque.html>>

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Minicionário da língua portuguesa*. Ed. Revisada. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

BRASIL. *Lei Federal 9.612* de 19 de fevereiro de 1998.

BRASIL. *Constituição Federal*. Texto Constitucional de 5 de outubro de 1988 com alterações adotadas pelas emendas Constitucionais n.º 1/92 a 22/99 e pelas emendas Constitucionais de Revisão n.º 1 a 6/94.

Citações verbais em entrevistas realizadas em:

14/05/2006;

16/05/2006;

20/05/2006;

25/05/2006;

28/05/2006;

29/05/2006;

30/05/2006;

05/06/2006;

15/07/2006.